



**AUDITORIA**  
CIDADÃ DA DÍVIDA

# **MODELOS TRIBUTÁRIOS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE E SUA RELAÇÃO COM AS DESIGUALDADES SOCIAIS**

Campanha Zaqueu – Nova Arquitetura Financeira e Econômica Internacional  
Comunhão Mundial de Igrejas Reformadas – CMIR, o Conselho Mundial de Igrejas  
– CMI, o Conselho para a Missão Mundial – CWM, a Federação Luterana Mundial –  
FLM e o Conselho Metodista Mundial- CMM

2 de dezembro de 2021

# NOVA ARQUITETURA FINANCEIRA REGIONAL – NAFR

*Nueva arquitectura financiera para el desarrollo en América Latina y Ecuador. Universitas -*

*Revista de Ciencias Sociales y Humanas, UPC, Ecuador*

<https://universitas.ups.edu.ec/index.php/universitas/article/view/14.2011.02>

- **Três pilares principais:**
  - o Banco do Sul (banco de desenvolvimento),
  - o Fundo Comum de Reservas do Sul (fundo para a estabilidade monetária e taxas de câmbio) e
  - o Sistema Único de Compensação Regional de pagamentos (organização comercial).
  
- **O objetivo é alcançar uma maior autonomia econômica e financeira para favorecer o desenvolvimento sustentável soberano, em um marco de integração regional**

# MODELOS TRIBUTÁRIOS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE E SUA RELAÇÃO COM AS DESIGUALDADES SOCIAIS

## AMÉRICA LATINA E CARIBE

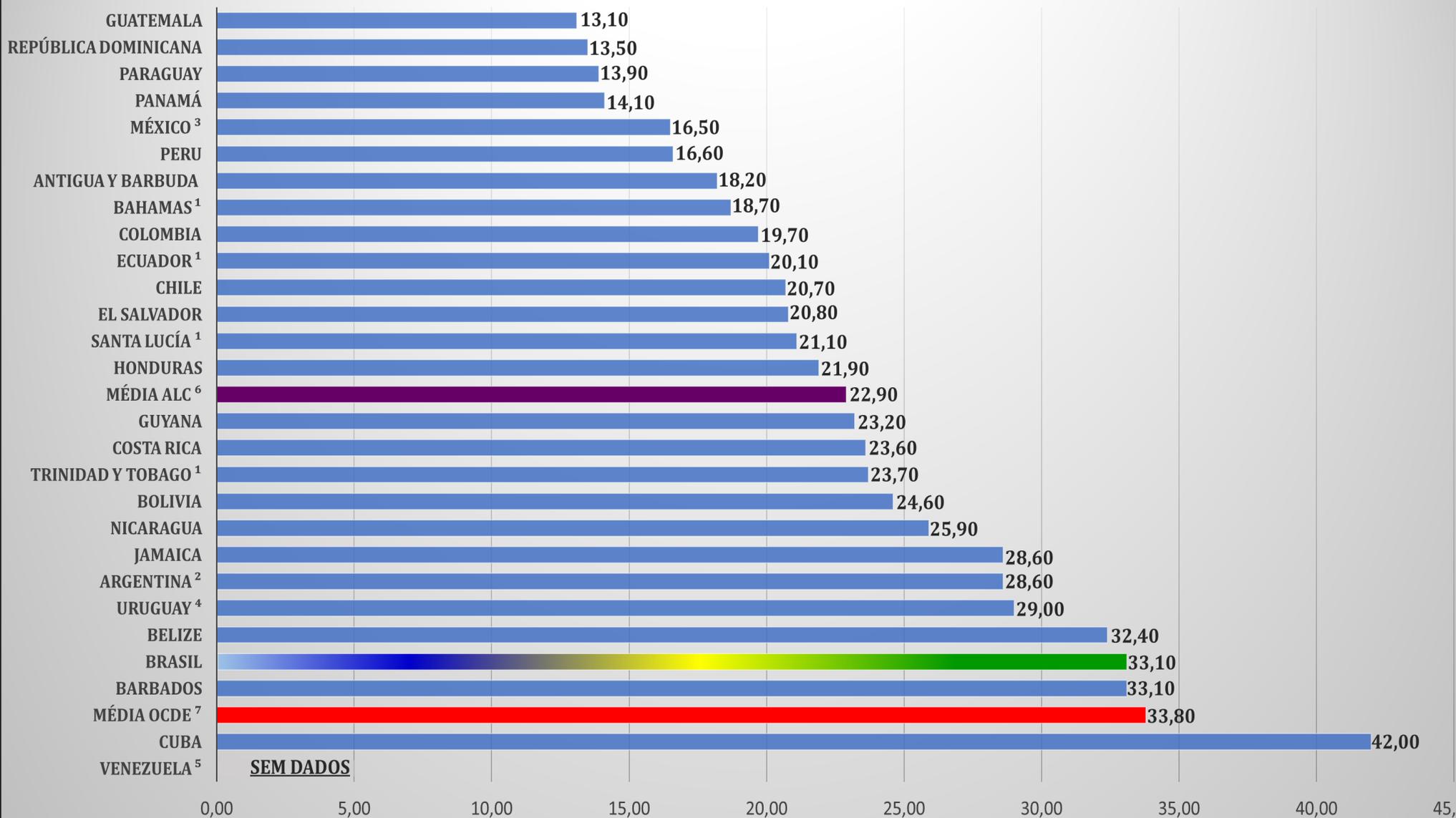
- **Visão Geral dos Sistemas Tributários na América Latina e Caribe**

## BRASIL

- Modelo econômico concentrador de renda e riqueza: o que sustenta esse modelo?
- Conexão entre o Sistema da Dívida e o Modelo Tributário regressivo
- Esquema de Securitização: desvio dos impostos que pagamos antes que estes alcancem os cofres públicos, para pagar dívida gerada por esse esquema
- Para alcançar justiça social e desenvolvimento socioeconômico é necessário enfrentar o modelo

# **América Latina e Caribe**

# Receita tributária total em % do PIB, 2019

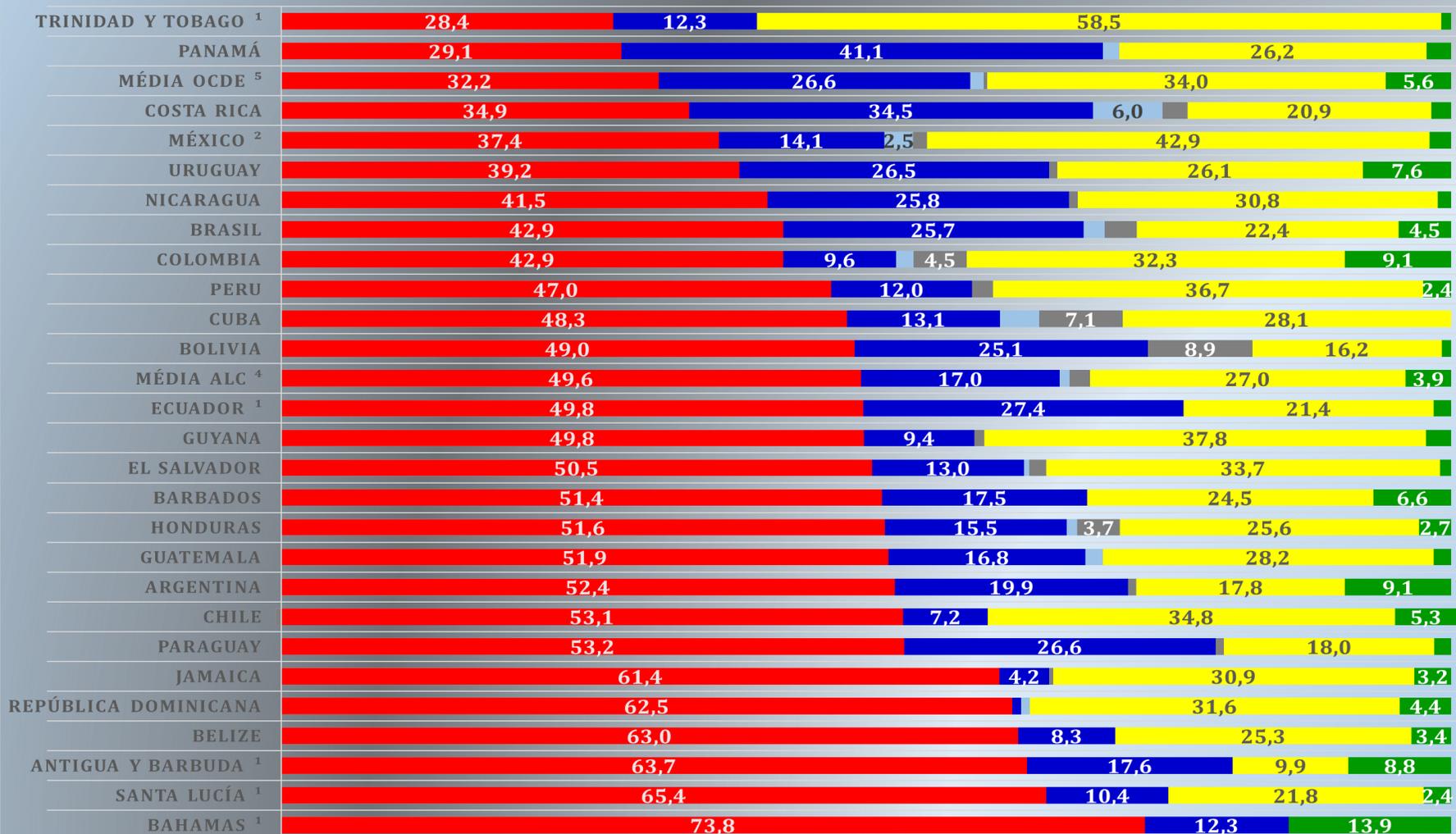


# Receita tributária total em% do PIB, 1990-2019

	1990	2000	2007	2010	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Antigua y Barbuda</b> <sup>1</sup>	-	11,9	21,6	21,3	19,9	20,4	19,6	19,6	19,0	18,2
<b>Argentina</b> <sup>2</sup>	13,3	19,2	26,4	29,1	31,1	31,5	30,7	30,0	28,9	28,6
<b>Bahamas</b> <sup>1</sup>	9,7	12,2	13,1	12,7	13,7	15,4	16,5	17,2	16,7	18,7
<b>Barbados</b>	25,3	30,9	30,0	30,0	28,9	29,6	31,2	32,1	33,1	33,1
<b>Belize</b>	21,6	19,1	25,7	26,9	27,9	27,5	28,3	28,7	30,2	32,4
<b>Bolivia</b>	6,5	20,1	22,2	22,9	27,9	29,5	27,9	25,9	25,0	24,7
<b>Brasil</b>	27,8	29,4	33,6	32,4	31,8	32,0	32,2	32,3	33,2	33,1
<b>Chile</b>	16,9	18,8	22,7	19,6	19,6	20,4	20,1	20,2	21,1	20,7
<b>Colombia</b>	11,3	15,7	19,3	18,1	19,6	19,9	19,1	19,0	19,3	19,7
<b>Costa Rica</b>	22,5	21,1	23,1	22,1	22,6	22,9	23,5	23,0	23,2	23,6
<b>Cuba</b>	31,9	37,2	44,0	37,2	37,1	38,1	41,1	42,4	42,3	42,0
<b>República Dominicana</b>	8,3	12,3	15,0	12,4	13,5	13,0	13,1	13,2	13,2	13,5
<b>Ecuador</b> <sup>1</sup>	7,1	11,6	15,1	16,0	19,2	21,3	19,9	19,9	20,7	20,1
<b>El Salvador</b>	11,3	14,2	18,8	18,7	19,8	19,9	20,5	20,9	21,2	20,8
<b>Guatemala</b>	7,6	11,7	14,0	12,5	13,2	12,8	13,2	13,2	13,2	13,1
<b>Guyana</b>	15,2	15,7	15,6	16,0	17,8	18,1	18,4	19,5	22,2	23,2
<b>Honduras</b>	12,4	17,2	19,8	18,2	20,4	21,0	22,7	22,1	22,4	21,9
<b>Jamaica</b>	20,3	22,2	24,8	24,9	24,8	25,8	26,5	27,3	27,8	28,6
<b>México</b> <sup>3</sup>	12,1	11,5	12,0	12,8	13,7	15,9	16,6	16,1	16,2	16,5
<b>Nicaragua</b>		14,3	18,8	19,3	21,8	22,3	23,3	23,8	23,2	25,9
<b>Panamá</b>	16,6	15,5	15,5	16,4	15,7	15,1	15,5	15,1	14,8	14,1
<b>Paraguay</b>	8,5	11,6	10,8	12,1	13,9	13,7	13,4	14,0	13,8	13,9
<b>Peru</b>	12,0	15,2	18,5	17,8	19,2	17,4	16,2	15,3	16,5	16,6
<b>Santa Lucía</b> <sup>1</sup>		19,6	20,9	20,3	20,5	21,2	21,3	20,2	20,7	21,1
<b>Trinidad y Tobago</b> <sup>1</sup>	23,3	21,9	27,8	28,7	28,8	28,4	22,4	20,6	23,2	23,7
<b>Uruguay</b> <sup>4</sup>	20,0	23,2	25,7	26,3	27,4	27,4	27,8	29,0	29,2	29,0
<b>Venezuela</b> <sup>5</sup>	21,2	13,5	17,0	11,8						
<b>ALC</b> <sup>6</sup>	15,7	18,2	21,3	20,9	21,9	22,3	22,4	22,3	22,7	22,9
<b>OCDE</b> <sup>7</sup>	31,1	33,3	33,2	31,9	33,2	33,3	34,0	33,7	33,9	33,8

# COMPOSIÇÃO TRIBUTÁRIA EM % DO TOTAL DA ARRECADAÇÃO 2019

■ Bens e Serviços ■ Seguridade Social ■ Folha de Pagamento ■ Outros ■ Renda e lucro ■ Propriedade



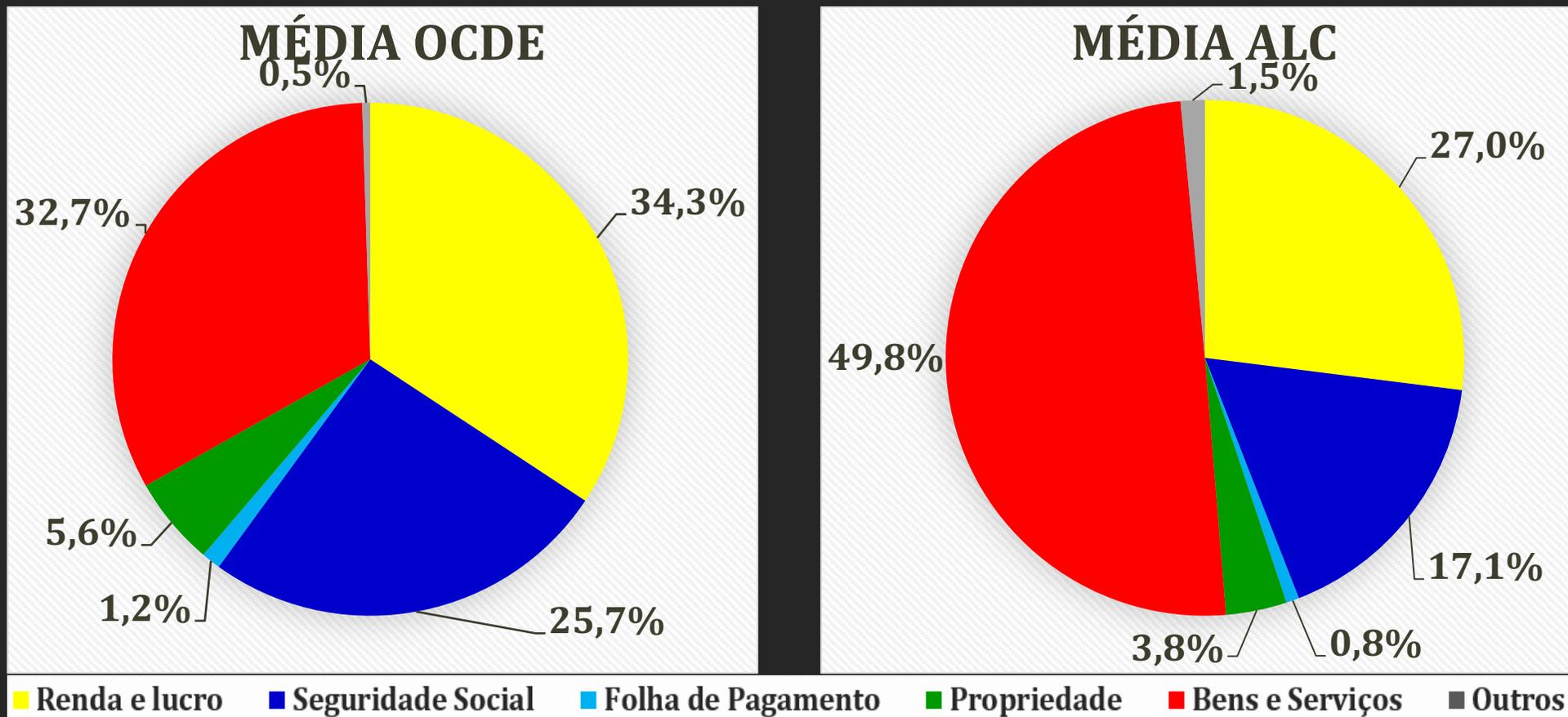
# Composição tributária em % do total da arrecadação 2019

País	1000 Renda e lucro	2000 Seguridade Social	3000 Folha de Pagamento	4000 Propriedade	5000 Bens e Serviços	6000 Outros
Antigua y Barbuda <sup>1</sup>	9,7	17,6	0,0	8,8	63,9	0,0
Argentina	18,0	20,0	0,0	9,1	52,2	0,7
Bahamas <sup>1</sup>	0,0	12,4	0,0	13,7	73,9	0,0
Barbados	24,5	17,5	0,0	6,7	51,3	0,0
Belize	25,2	8,4	0,0	3,5	62,9	0,0
Bolivia	16,3	25,1	0,0	0,7	49,0	8,9
Brasil	22,4	25,7	1,8	4,6	42,8	2,7
Chile	34,8	7,3	0,0	5,4	53,1	-0,6
Colombia	32,3	9,6	1,7	9,1	42,9	4,4
Costa Rica	20,9	34,2	5,9	1,9	34,8	2,3
Cuba	28,1	13,2	3,3	0,0	48,3	7,1
Ecuador <sup>1</sup>	21,6	27,1	0,0	1,6	49,6	0,1
El Salvador	33,5	12,8	0,7	0,8	50,6	1,6
Guatemala	28,4	16,8	1,3	1,5	52,0	0,0
Guyana	37,8	9,5	0,0	2,0	49,8	0,9
Honduras	25,6	15,6	0,8	2,5	51,6	3,9
Jamaica	30,9	4,1	0,0	3,2	61,4	0,4
México <sup>2</sup>	44,0	13,4	2,5	2,0	36,4	1,7
Nicaragua	30,8	25,7	0,0	1,1	41,6	0,8
Panamá	26,0	41,5	1,5	1,8	28,9	0,3
Paraguay	18,2	26,4	0,0	1,3	53,4	0,7
Peru	36,5	12,1	0,1	2,4	47,2	1,7
República Dominicana	31,4	0,4	0,6	4,8	62,8	0,0
Santa Lucía <sup>1</sup>	21,7	10,5	0,0	2,1	65,7	0,0
Trinidad y Tobago <sup>1</sup>	58,1	12,4	0,0	1,1	28,4	0,0
Uruguay	26,1	26,5	0,0	7,6	39,2	0,6
Venezuela <sup>3</sup>	<b>SEM DADOS</b>					
<b>MÉDIA OCDE <sup>5</sup></b>	<b>34,3</b>	<b>25,7</b>	<b>1,2</b>	<b>5,6</b>	<b>32,7</b>	<b>0,5</b>
<b>MÉDIA ALC <sup>4</sup></b>	<b>27,0</b>	<b>17,1</b>	<b>0,8</b>	<b>3,8</b>	<b>49,8</b>	<b>1,5</b>

Fonte: OCDE et al. (2021), Estadísticas tributarias en América Latina y el Caribe 2021, OECD Publishing, Paris,

<https://doi.org/10.1787/06ae5287-en-es>

# Comparativo da Incidência Tributária 2019 OCDE e ALC



# Alocação de Receitas Fiscais para subsetores da administração geral nos países da América Latina e Caribe

Percentual da receita tributária total

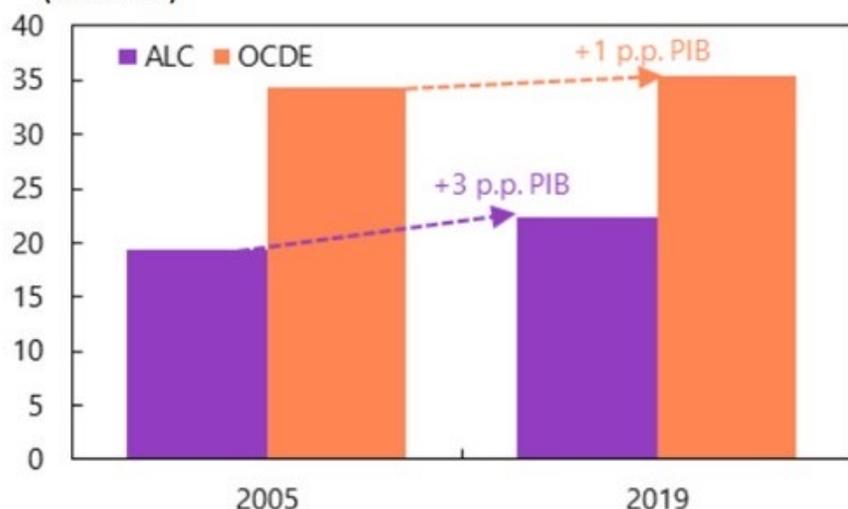
	Governo Central			Governo Estadual ou Regional			Administrações Locais			Fundos de Seguridade Social		
	1995	2000	2019	1995	2000	2019	1995	2000	2019	1995	2000	2019
<b>PAÍSES FEDERAIS</b>												
Argentina	59,0	66,4	63,1	17,5	17,8	16,9	-	-	-	23,4	15,8	19,9
Brasil	44,8	47,9	43,5	26,5	25,0	24,6	3,7	3,4	6,2	25,0	23,7	25,7
México <sup>3</sup>	73,9	78,3	80,9	2,8	2,7	4,0	1,5	1,0	1,6	21,8	18,0	13,4
Venezuela <sup>4</sup>	94,6	94,6	-	-	-	-	-	-	-	5,4	5,4	-
<b>PAÍSES REGIONAIS</b>												
Colombia <sup>5</sup>	63,2	68,7	73,0	5,5	5,6	5,0	8,6	9,4	12,5	22,7	16,3	9,5
<b>PAÍSES UNITÁRIOS</b>												
Antigua y Barbuda <sup>2</sup>	100,0	100,0	82,4	-	-	-	-	-	-	-	-	17,6
Bahamas <sup>2</sup>	89,1	88,1	87,6	-	-	-	-	-	-	10,9	11,9	12,4
Barbados	85,6	84,4	82,5	-	-	-	-	-	-	14,4	15,6	17,5
Belize	93,2	93,5	91,1	-	-	-	0,5	0,7	0,5	6,3	5,8	8,4
Bolívia	94,3	75,6	70,3	-	-	-	5,7	5,5	4,6	-	18,9	25,1
Chile	89,9	87,8	85,7	-	-	-	6,5	7,9	8,2	3,6	4,4	6,1
Costa Rica	65,5	63,3	57,8	-	-	-	1,6	1,9	3,0	33,0	34,8	39,2
Cuba <sup>6</sup>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11,3	10,4	13,2
República Dominicana	99,3	99,0	99,6	-	-	-	-	-	-	0,7	1,0	0,4
Ecuador <sup>2</sup>	70,5	87,7	70,2	-	-	-	4,0	1,6	2,6	25,5	10,7	27,1
El Salvador	80,9	80,5	85,2	-	-	-	-	-	1,9	19,1	19,5	12,8
Guatemala	83,3	83,6	82,3	-	-	-	0,7	0,9	0,9	16,1	15,5	16,8
Guyana	92,6	88,6	90,5	-	-	-	-	-	0,0	7,4	11,4	9,5
Honduras	86,1	85,3	80,5	-	-	-	4,4	5,2	3,9	9,5	9,4	15,6
Jamaica	100,0	99,3	94,4	-	-	-	-	0,7	1,5	-	-	4,1
Nicaragua	80,4	72,5	68,3	-	-	-	4,6	9,5	6,0	15,0	18,0	25,7
Panamá	67,2	59,6	56,9	-	-	-	-	2,2	1,6	32,8	38,2	41,5
Paraguay	92,0	74,4	70,9	-	-	-	-	-	2,7	8,0	25,6	26,4
Peru	88,7	86,5	85,3	-	-	-	-	1,6	2,7	11,3	11,9	12,1
Santa Lucía <sup>2</sup>	100,0	90,0	89,5	-	-	-	-	-	-	-	10,0	10,5
Trinidad y Tobago <sup>2</sup>	96,8	93,6	87,6	-	-	-	-	-	-	3,2	6,4	12,4
Uruguay	61,7	63,6	67,9	-	-	-	8,8	8,9	5,7	29,5	27,5	26,4

# Visão geral das estruturas tributárias na ALC

Apesar de ter aumentado nos últimos 15 anos, de 19,4% para 22,4% do PIB entre 2005 e 2019, a arrecadação de receitas, incluídas as contribuições para a seguridade social (CSS), na ALC está bem abaixo dos níveis dos países da OCDE, que giraram em torno de 35,5% do PIB durante esse período (Gráfico 1).

Gráfico 1. Arrecadação e estruturas tributárias na ALC e na OCDE

## 1. Total da receita tributária arrecadada (% do PIB)



## 2. Estruturas tributárias, 2019 (% do PIB)

	ALC	OCDE
Impostos sobre o valor agregado	6.3	7.2
Impostos sobre a renda da pessoa física	2.3	8.8
Impostos sobre a renda da pessoa jurídica	3.7	2.8
CSS e impostos sobre a folha salarial	4.0	10.2
Outros impostos	6.1	7.0
Receita tributária total	22.4	35.5

Fontes: Base de dados *Tax Revenue Statistics* da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: As médias dos grupos refletem as médias simples dos países. A média da OCDE (membros no fim de 2019) exclui o Chile e o México. As CSS estão incluídas no total da receita tributária; ALC = América Latina e Caribe; CSS = contribuições para a seguridade social.

## América Latina e Caribe (ALC) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): carga e estrutura tributária de 2018

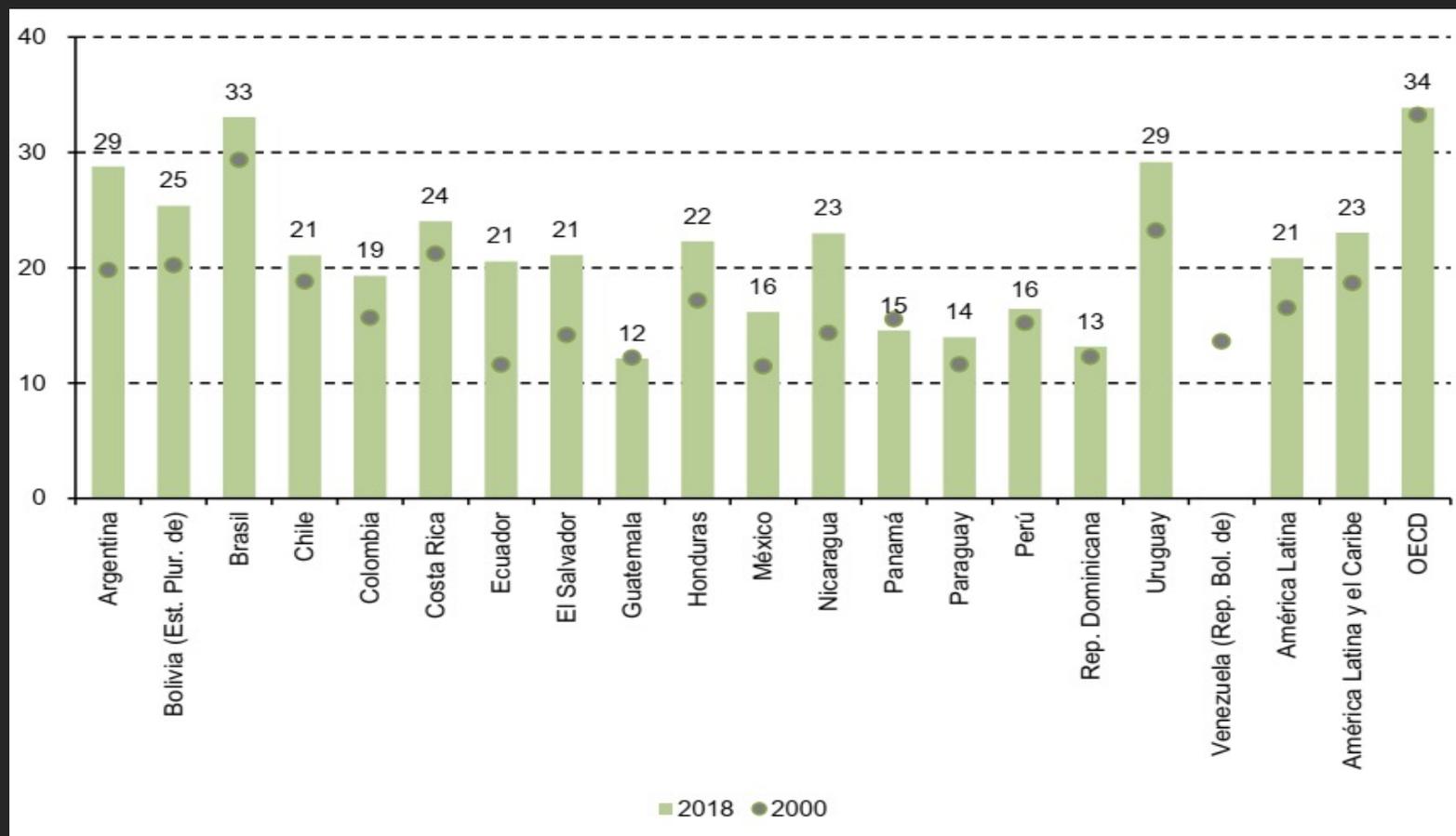
(Em percentual do PIB e do total de arrecadação tributária)

	América Latina <sup>1</sup>		América Latina e Caribe		OCDE	
	Percentual do PIB	Percentual da arrecadação	Percentual do PIB	Percentual da arrecadação	Percentual do PIB	Percentual da arrecadação
<b>Imposto sobre Renda</b>	5,6	26,8	6,3	27,3	11,5	34
Imposto sobre renda de Pessoas Físicas	1,8	8,8	2,3	9,8	8,1	24
Imposto sobre renda de Pessoas Jurídicas	3,2	15,1	3,5	15,2	3,1	9,3
Não designável	0,6	2,6	0,5	2,2	0,2	0,7
<b>Contribuições para a Seguridade Social</b>	4,3	20,5	4	17,1	9	26,6
<b>Impostos sobre a folha de pagamentos</b>	0,2	0,8	0,2	0,7	0,4	1,2
<b>Impostos sobre a Propriedade</b>	0,8	3,8	0,8	3,6	1,9	5,5
<b>Impostos sobre (Consumo) Bens e Serviços</b>	9,6	46,2	11,5	49,8	10,9	32,3
<b>Outros Impostos</b>	0,4	1,9	0,4	1,7	0,2	0,4
<b>Total</b>	20,8	100	23,1	100	33,9	100

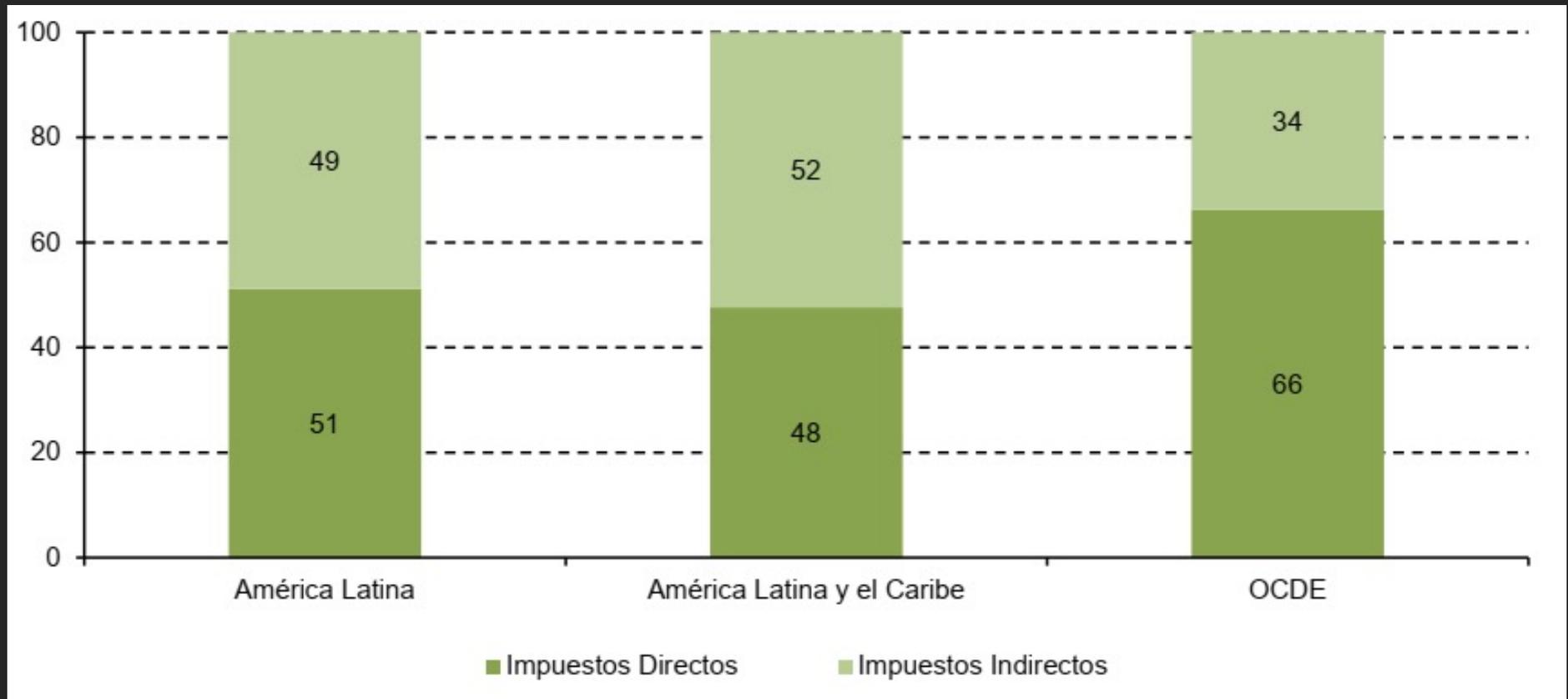
1. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguay.

Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), sobre a base de CEPALSTAT [banco de dados online]

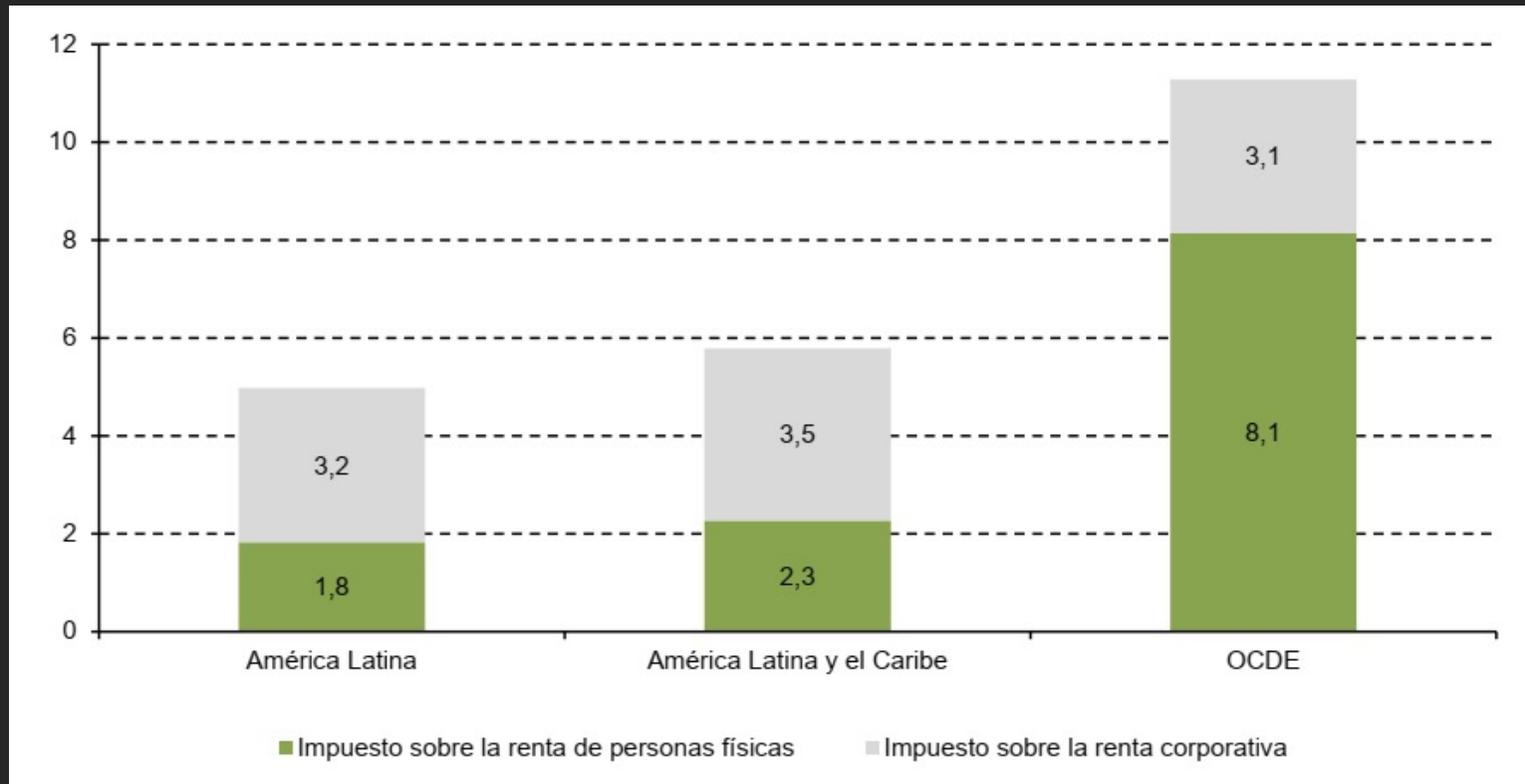
## América Latina (18 países) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): arrecadação geral de impostos do governo em % do PIB, 2000 e 2018



## América Latina e Caribe (ALC) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): composição da arrecadação em %, segundo tributação direta e indireta 2018



## América Latina e Caribe (ALC) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): composição da arrecadação de imposto de renda em % do PIB 2018



- Segundo a CEPAL, “a baixa arrecadação do imposto de renda pessoa física se traduz em uma baixa capacidade redistributiva do imposto. É assim que na América Latina esse imposto produz uma redução do coeficiente de Gini em 2,1%, ao contrário do que acontece na União Europeia, onde o imposto de renda das pessoas físicas reduz o coeficiente de Gini em 11,6% (CEPAL, 2017).”

[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47311/1/S2100330\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47311/1/S2100330_es.pdf)

## Na América Latina apenas três países que cobram imposto sobre a riqueza: Colômbia, Uruguai e Argentina.

### Impuesto a la riqueza en Latinoamérica

Recaudación como porcentaje del PIB

País	Recaudación
Uruguay	1
Colombia	0,4
Argentina	0,2

Source: Cepal (2017)

BBC

# 1. URUGUAI

- O “Imposto sobre a Riqueza” (IPAT) tributa o patrimônio líquido de pessoas físicas e jurídicas sediadas no Uruguai.
- Inclui bens como dinheiro, metais preciosos, créditos em favor do contribuinte, veículos, imóveis, casa e mobiliário.
- Para indivíduos e famílias residentes no Uruguai, varia de 0,4% a 0,7%.
- Para os não residentes, varia de 0,7% a 1,5%.
- Entre os ativos isentos estão ativos no exterior, áreas florestais com determinados tipos de florestas, títulos da dívida pública, ações da *National Development Corporation* e imóveis rurais afetados por explorações agrícolas.

## 2. COLÔMBIA

- O patrimônio líquido localizado na Colômbia de pessoas físicas e jurídicas é tributado.
- É calculado tomando o patrimônio líquido bruto total menos as dívidas. Inclui ativos no exterior e a versão atual da lei se aplica de 2019 a 2021.
- Tem uma taxa única de 1% para o patrimônio líquido acima de US\$ 1,5 milhão (aproximadamente).
- A propriedade isenta é a primeira casa do contribuinte no valor de até US\$ 140.500 (aproximadamente).

### 3. ARGENTINA

- O "Imposto sobre a Propriedade Pessoal" tributa os bens brutos de pessoas físicas e jurídicas localizadas na Argentina.
- Inclui imóveis, automóveis, cédulas (em peso e moeda estrangeira), contas bancárias, saldos de fundos comuns e outros investimentos não isentos, obras de arte, antiguidades, objetos domésticos e bens no exterior.
- Para bens no país, a alíquota varia de 0,5% a 1,25%.
- Para bens no exterior varia entre 0,7% e 2,25%.
- Inclui entre os ativos isentos a casa do contribuinte no valor de até aproximadamente US\$ 300.000, os saldos de prazos fixos e bancos de poupança, títulos de dívida emitidos pelo Estado e ativos intangíveis, como marcas e patentes.

# Impostos perdidos no mundo

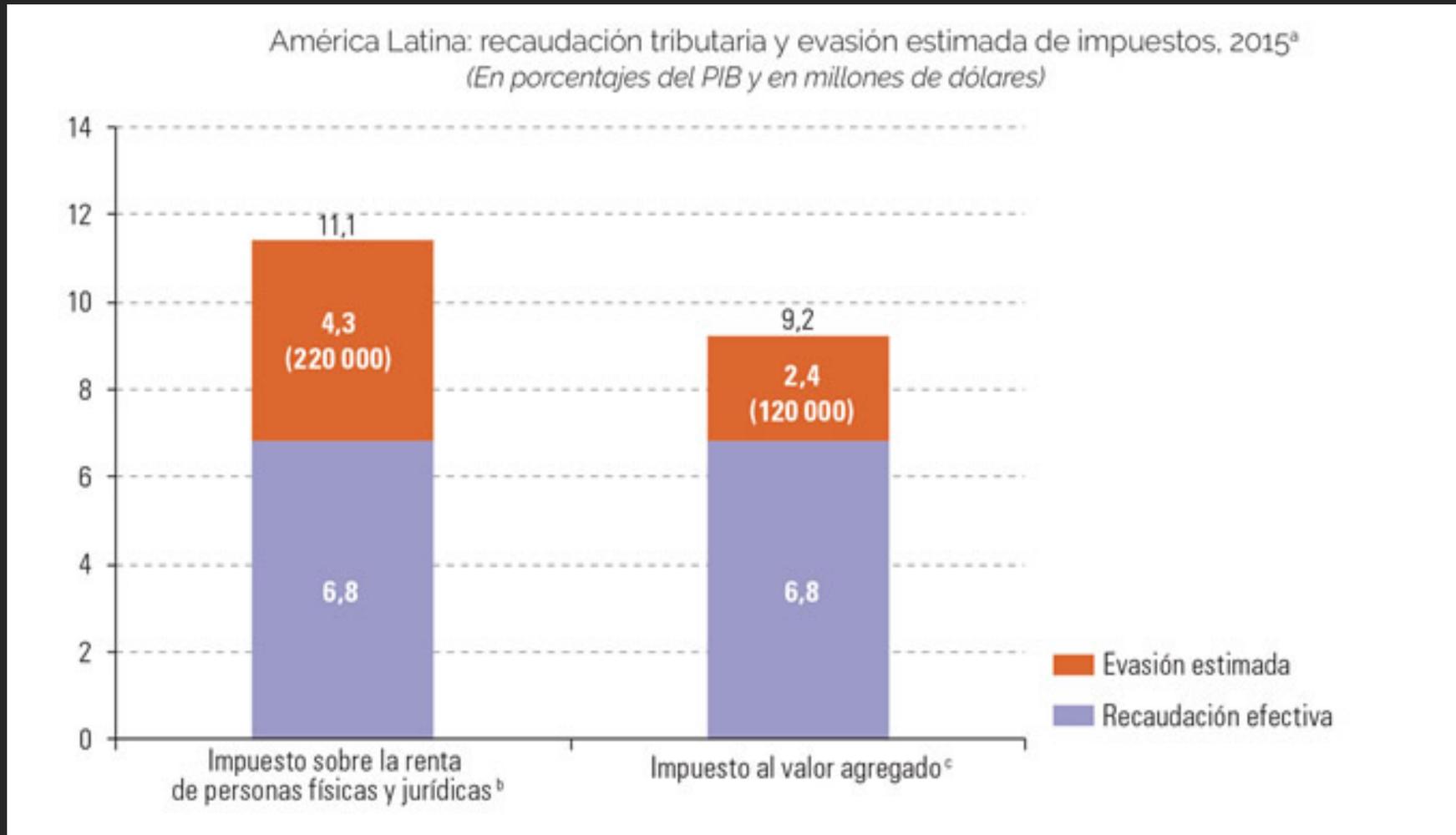
Conforme o relatório "Estado Atual da Tax Justice Network", em todo o mundo, foram US\$ 483 bilhões (R\$ 2,6 trilhões) em impostos perdidos em 2020, sendo US\$ 312 bilhões devido à transferência legal ou ilegal de lucros de multinacionais para paraísos fiscais e US\$ 171 bilhões não pagos por milionários que escondem ativos e rendimentos não declarados no exterior.

*"Estamos num contexto de aumento da desigualdade social e de perda da capacidade do Estado de investir. Isso já vinha de um processo anterior à pandemia, mas com a crise sanitária ficou ainda mais claro", disse Casnati à BBC News Brasil.*

*"Para Alex Cobham, "não é coincidência que o pequeno clube de países ricos da OCDE que há décadas mantêm a caneta das regras fiscais globais são os responsáveis por mais de dois terços do abuso fiscal global que o mundo sofre todos os anos."*

# Evasão fiscal na América Latina chega a 340 bilhões de dólares e representa 6,7% do PIB regional

As principais infrações tributárias ocorrem no imposto sobre a renda



## **América Latina perde US\$ 43 bilhões por ano devido a fluxos financeiros ilícitos**

Os países da América Latina e do Caribe representam uma parte importante dos fluxos financeiros ilícitos originários do comércio internacional e estima-se que perderão US\$ 43 bilhões anualmente devido a abusos fiscais transfronteiriços, o que representa 20,4% dos orçamentos nacionais de saúde pública na região, alertou o estudo Vulnerabilidade e Exposição ao Risco de Fluxos Financeiros Ilícitos na América Latina, elaborado pela Tax Justice Network y Latindadd. Segundo Javier García-Bernardo, pesquisador da Tax Justice Network, "Fluxos financeiros ilícitos são transferências de dinheiro de um país para outro que são proibidos por lei ou regulamentos vigentes. Eles incluem fluxos de capital de origem ilegal (lavagem de dinheiro clássico, armas, drogas, tráfico humano, corrupção) e capital de origem legal (evasão e elisão fiscal)".

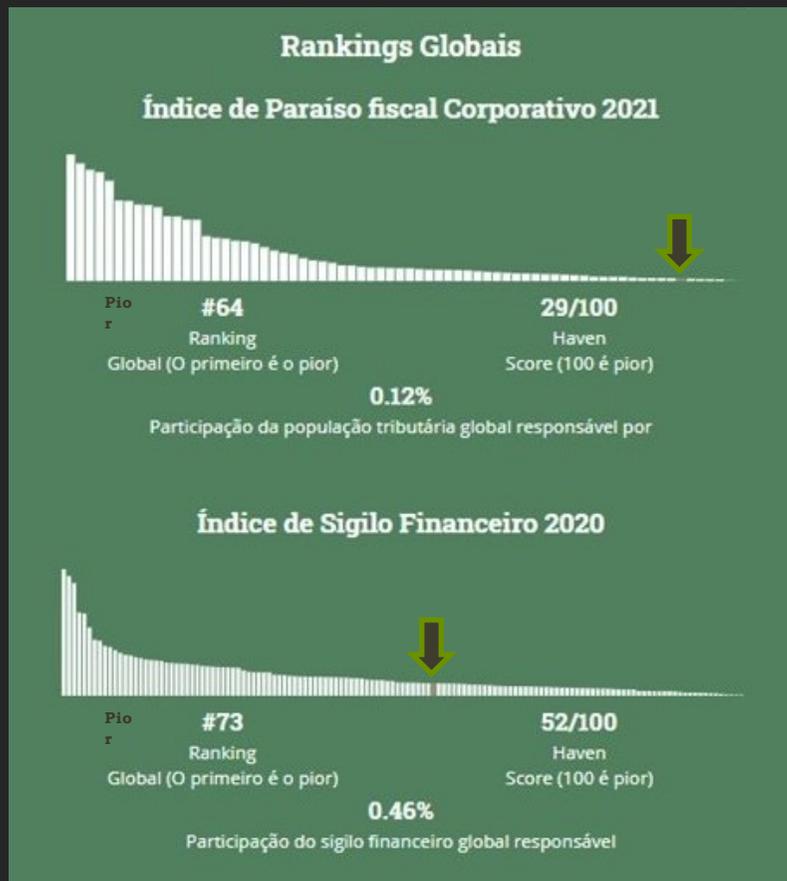
***- Os canais que facilitam a saída irregular de capital são investimento estrangeiro direto, comércio, depósitos bancários e investimento em carteira, alerta estudo.***

# Impostos perdidos pelo Brasil para o abuso fiscal em 2020



O mundo está perdendo mais de US\$ 427 bilhões em impostos por ano para abuso fiscal internacional. Dos US\$ 427 bilhões, quase US\$ 245 bilhões são perdidos para corporações multinacionais que transferem lucros para paraísos fiscais, a fim de subnotificar quanto lucro eles realmente tiveram nos países onde fazem negócios e, conseqüentemente, pagar menos impostos do que deveriam. Os US\$ 182 bilhões restantes são perdidos para indivíduos ricos que escondem ativos e rendimentos não declarados no exterior, além do alcance da lei. Note-se que todas as comparações (por exemplo, PIB ou população) são baseadas em médias de 10 anos.

# Posição do Brasil nos Rankings: Índice de Sigilo Financeiro e Índice de Paraíso Fiscal Corporativo



O Índice de Sigilo Financeiro e o Índice de Paraíso Fiscal Corporativo classificam as jurisdições de acordo com o sigilo financeiro global que permitem e o abuso fiscal corporativo global que permitem, respectivamente.

# Impacto Social do imposto perdido pelo Brasil em 2020



Perda total de receita fiscal em relação a vários indicadores: orçamento público de saúde (da Organização Mundial da Saúde), gastos governamentais em educação (do Banco Mundial) e número de salários de enfermeiros (dados da OCDE e da Organização Internacional do Trabalho). Países ao redor do mundo perdem, em média, o equivalente a 9,2% de seus orçamentos de saúde para paraísos fiscais a cada ano, com países de menor renda perdendo proporções equivalentes muito maiores do que os países de maior renda. Globalmente, o equivalente a mais de 34 milhões de salários anuais de enfermeiros é perdido para paraísos fiscais a cada ano - um salário anual de enfermeira a cada segundo.



# Relatório da ONU vê agravamento de desigualdade com pandemia e baixo crescimento de Brasil e vizinhos

No Brasil, os 10% mais ricos concentram 57% da renda nacional;  
e a crise sanitária deve piorar o cenário

[Bernardo Caram](#) | 21.jun.2021 às 23h15

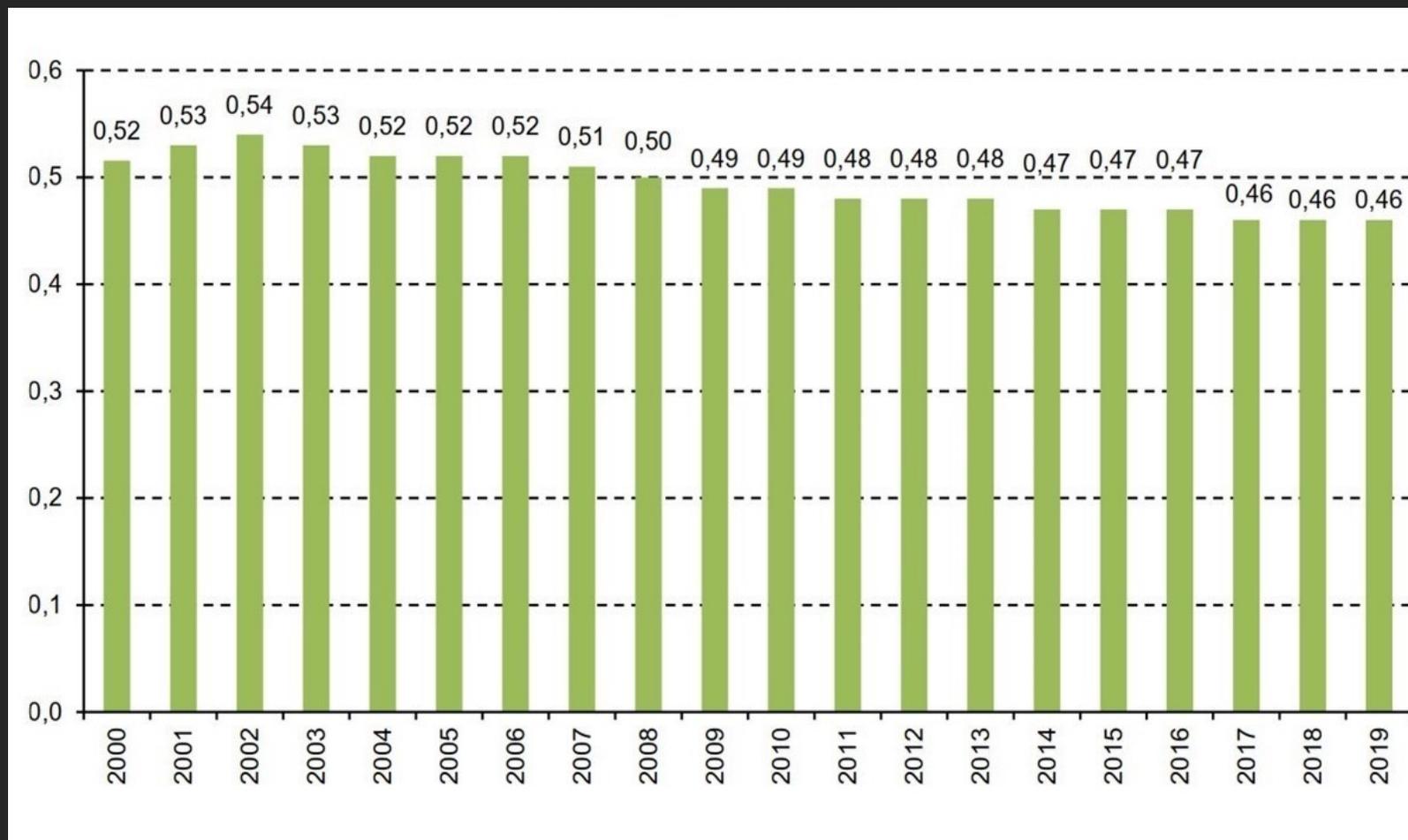
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/relatorio-da-onu-ve-agravamento-de-desigualdade-com-pandemia-e-baixo-crescimento-de-brasil-e-vizinhos.shtml>

# ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2020

Posição	Mudança de posição ranking do ano anterior (2019)	País	IDH	Variação ranking do ano anterior (2019)
<b>Desenvolvimento Humano Muito Elevado</b>				
43	-1	Chile	0,851	Aumento 0,004
46	2	Argentina	0,845	Aumento 0,015
55	2	Uruguai	0,817	Aumento 0,009
57	10	Panamá	0,815	Aumento 0,020
58	2	Bahamas	0,814	Aumento 0,009
58	-2	Barbados	0,814	Aumento 0,001
<b>Desenvolvimento Humano Elevado</b>				
70	2	Cuba	0,783	Aumento 0,005
74	2	México	0,779	Aumento 0,012
78	-4	Antígua e Barbuda	0,778	Aumento 0,002
79	3	Peru	0,777	Aumento 0,018
83	-4	Colômbia	0,767	Aumento 0,006
84	-5	Brasil	0,765	Aumento 0,004
86	-1	Equador	0,759	Aumento 0,001
86	2	Santa Lúcia	0,759	Aumento 0,014

Posição	Mudança de posição ranking do ano anterior (2019)	País	IDH	Variação ranking do ano anterior (2019)
<b>Desenvolvimento Humano Elevado</b>				
88	1	Rep. Dominicana	0,756	Aumento 0,011
94	4	Dominica	0,742	Aumento 0,028
101	-4	Jamaica	0,734	Aumento 0,008
103	-5	Paraguai	0,728	Aumento 0,004
107	7	Bolívia	0,718	Aumento 0,015
110	-7	Belize	0,716	Queda 0,004
113	-17	Venezuela	0,711	Queda 0,015
<b>Desenvolvimento Humano Médio</b>				
122	1	Guiana	0,682	Aumento 0,012
124	Estável	El Salvador	0,673	Aumento 0,006
127	-1	Guatemala	0,663	Aumento 0,012
128	-3	Nicarágua	0,660	Aumento 0,009
132	Estável	Honduras	0,634	Aumento 0,011
<b>Desenvolvimento Humano Baixo</b>				
170	-1	Haiti	0,510	Aumento 0,007

# América Latina: concentração de renda medida pelo coeficiente de Gini<sup>1</sup> (2000-2019)



1. O Coeficiente de Gini consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade (no caso do rendimento, por exemplo, toda a população recebe o mesmo salário) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa recebe todo o rendimento e as demais nada recebem).

## Mulheres latino-americanas ganham menos que homens com características equivalentes

Em %



Fonte: Relatório Regional de Desenvolvimento Humano do Pnud

**Brasil**

**BRASIL:** 12<sup>a</sup> economia,  
imensas riquezas, mais  
de R\$ 4 trilhões em caixa

**84º IDH**

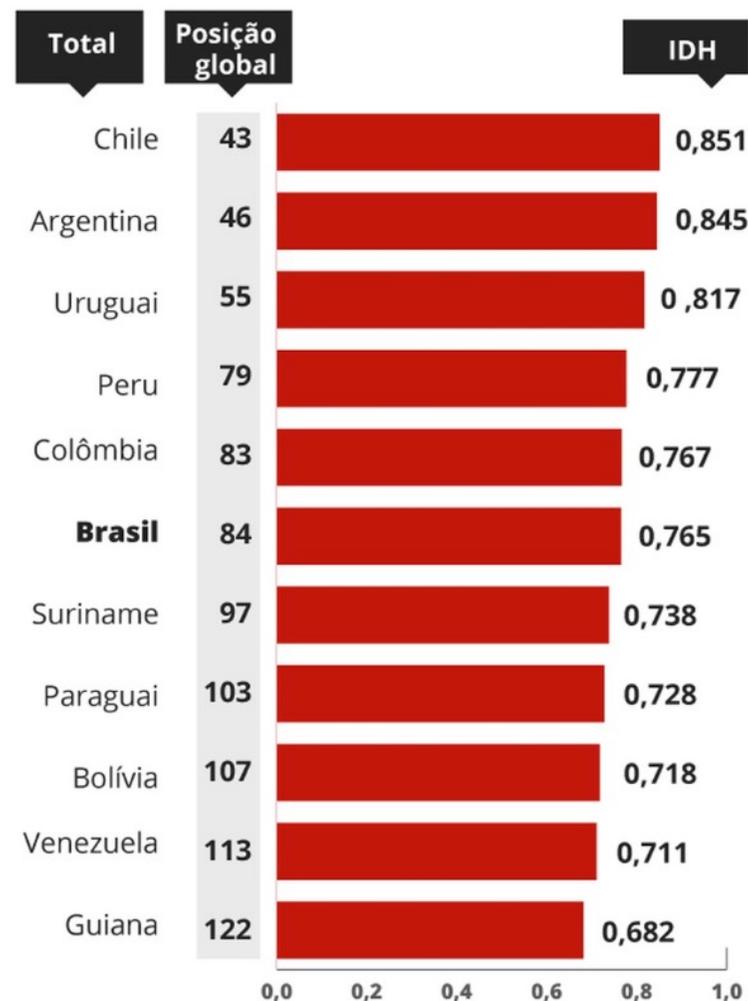
**2ª maior  
concentração de  
renda do mundo**

**Isso não é acaso, mas  
decorre do modelo  
econômico aqui  
aplicado**

<https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>

## IDH de países da América do Sul em 2019

Chile é o país com o maior índice, e a Guiana, o menor;  
Brasil está em sexto



Fonte: Pnud

# PARADOXO BRASIL

Forbes

Início / Forbes Agro / Brasil bate recorde de exportação de carne bovina em agosto

PODER 360 Diretor de Redação Fernando Rodrigues

Buscar



## Brasil bate recorde de exportação de carne bovina em agosto

Em agosto foram exportadas 211.85 mil toneladas, aumento de 11% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Valor | Agronegócios

## Lucro dos grandes bancos sobe 64% no 2º trimestre de 2021

Rendimentos somados de Bradesco, Banco do Brasil, Itaú e Santander atingiram R\$ 22,1 bilhões

## Novo recorde de exportação

Estimativas de vendas externas apontam para R\$ 105 bilhões neste ano, com a soja como o chefe com até 87 milhões de toneladas enviadas ao exterior

Por Mônica Magnavita, Para o Valor

FANTÁSTICO

## Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome

Dezenove milhões de brasileiros acordam atualmente sem saber se vão conseguir alguma refeição para o dia. Dois anos atrás, eram 10 milhões.

Por Fantástico  
25/07/2021 20h56 · Atualizado há 2 meses



## Brasil perde 17 fábricas por dia; nível da indústria é o pior em 73 anos

Estimativas de vendas externas apontam para R\$ 105 bilhões neste ano, com a soja como o chefe com até 87 milhões de toneladas enviadas ao exterior



Publicado 23/01/2021 · Atualizado 12/01/2021



27 DE AGOSTO, 2021  
"O Agronegócio e a Dívida Pública", por Maria Lucia Fattorelli

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/agronegocio-e-a-divida-publica/>



Marcos Santos/USP

## JORNAL DA USP

HOME CIÊNCIAS CULTURA ATUALIDADES UNIVERSIDADE

Home > Atualidades > Brasil atinge recorde de 14,8 milhões de desempregados

## Brasil atinge recorde de 14,8 milhões de desempregados

"A palavra que melhor descreve a situação atual do mercado de trabalho é excitação. Não dos trabalhadores que estão procurando ou gostariam de voltar a trabalhar, mas dos empregadores", diz Hélio Zylberstajn

Atualidades / Jornal da USP no Ar / Jornal da USP no Ar 1ª edição / Rádio USP · <https://jornal.usp.br/?p=42978>  
02/06/2021 · Publicado há 4 meses

FACEBOOK WhatsApp LinkedIn Email Print



# O QUE SEPARA A REALIDADE DE ABUNDÂNCIA DO CENÁRIO DE ESCASSEZ NO BRASIL?



## MODELO ECONÔMICO ERRADO, CONCENTRADOR DE RENDA E RIQUEZA

- Principais eixos: <https://bit.ly/33bVDd0>
  - ✓ SISTEMA DA DÍVIDA
  - ✓ POLÍTICA MONETÁRIA SUICIDA
  - ✓ MODELO TRIBUTÁRIO REGRESSIVO
  - ✓ MODELO EXTRATIVISTA IRRESPONSÁVEL PARA COM AS PESSOAS E O AMBIENTE

# "SISTEMA DA DÍVIDA"

- **Utilização do endividamento público às avessas:** ao invés de instrumento de financiamento dos Estados, funciona como mecanismo de subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente a bancos e grandes corporações
- Se reproduz internacionalmente e internamente, em âmbito dos estados e municípios
- Principal característica: "dívida pública" sem contrapartida
- Maior beneficiário: Setor financeiro

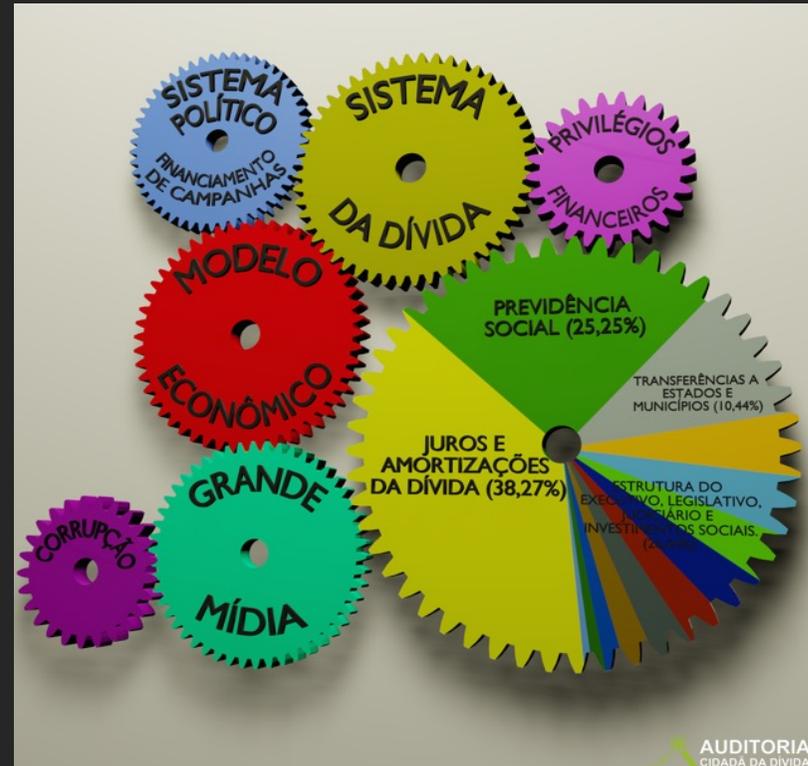


Ver vídeo 17 <https://bit.ly/2YE5R2S>

# “Sistema da Dívida”

## Como opera

- Modelo Econômico
- Privilégios Financeiros
- Sistema Legal
- Sistema Político
- Corrupção
- Grande Mídia
- SISTEMA FINANCEIRO: BIS, FMI, BM, BID, Bancos Centrais, banca privada internacional e nacional



**Dominação financeira e graves consequências sociais**

# TCU afirmou ao Senado que a dívida interna federal não serviu para investimento no país <https://bit.ly/2NTP1Jo>

## Para que tem servido a dívida pública?

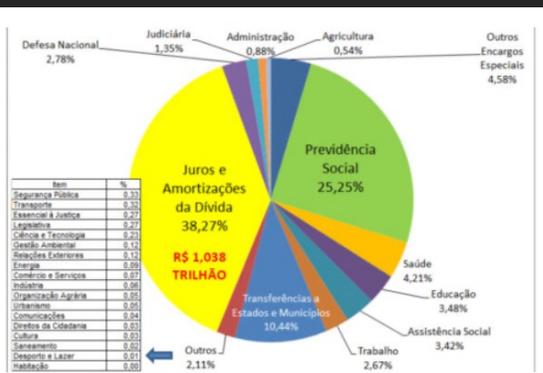


27 DE OUTUBRO, 2020

Para que tem servido a Dívida Pública que você paga?

<https://bit.ly/36AbwLJ>

Audiência Pública  
CAE/Senado



11 DE SETEMBRO, 2020

PARA QUE TEM SERVIDO A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL, por Maria Lucia Fattorelli

<https://bit.ly/39ITU24>

Artigo



05 DE ABRIL, 2021

LIVE: Auditoria Cidadã revela mecanismos e jogadas da Dívida

<https://bit.ly/3dwIxvP>

LIVE

# A DÍVIDA PÚBLICA TEM SIDO GERADA POR MECANISMOS FINANCEIROS:

- **Transformações de dívidas do setor privado em dívida pública** ilegal transferência de dívidas privadas para o BC: PROER, PROES, EC 106
- **Transformação de dívida externa irregular**, suspeita de prescrição, em operação feita em Luxemburgo: Plano Brady
- **Elevadíssimas taxas de juros**: sem justificativa técnica ou econômica
- A ilegal prática do **anatocismo**: incidência contínua de juros sobre juros
- A irregular **contabilização de juros como se fosse amortização** da dívida, burlando-se o artigo 167, III, da Constituição Federal.
- As sigilosas operações de **swap cambial** realizadas pelo BC em moeda nacional, garantindo o risco de variação do dólar de forma sigilosa.
- **Remuneração da sobra do caixa dos bancos** por meio do abuso das sigilosas “operações compromissadas” e BOLSA-BANQUEIRO.
- **Emissão excessiva de títulos** para formar “colchão de liquidez”.
- **Prejuízos do Banco Central** transferidos para o TN (Art. 7º da LRF)
- **“Securitização”** gera dívida ilegal que é paga por fora do orçamento, mediante desvio de arrecadação que sequer alcançará os cofres públicos.

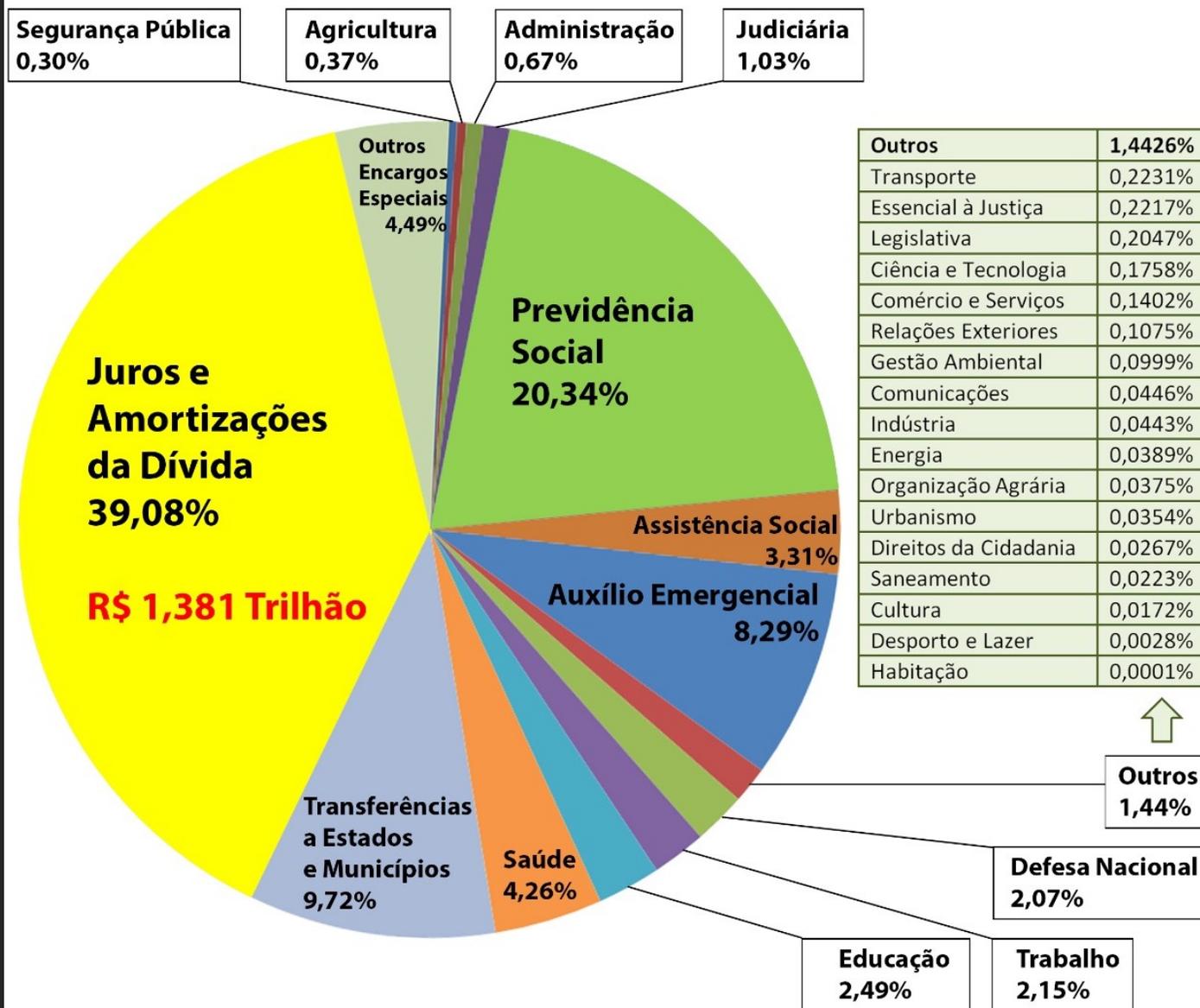
# Apesar do Superávit Primário, a Dívida Pública explodiu

De 1995 a 2015 produzimos  
R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário. Apesar disso,  
a dívida interna federal aumentou de  
**R\$86 bilhões** para quase  
**R\$4 trilhões** no mesmo período.

É evidente que os investimentos e gastos sociais **não** foram os responsáveis pelo aumento da dívida interna, pois produzimos Superávit Primário imenso, mas sim os mecanismos de política monetária do Banco Central, responsáveis por déficit nominal brutal e pela fabricação da “Crise Fabricada”

# Orçamento Federal Executado (pago) em 2020 = R\$ 3,535 TRILHÕES

Inclui gastos do "Orçamento de Guerra" autorizado pela Emenda Constitucional 106/2020



Em 2020 o gasto com a dívida foi o que mais cresceu! **A Educação perdeu recursos em termos percentuais e nominais** (Ver tabela 2 em

<https://bit.ly/3pOSvvH>

Fonte: [https://www1.sioop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opedoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orcamentaria.qvw](https://www1.sioop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opedoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw)

Nota: Consulta em 15/1/2021. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Inclui o chamado "Orçamento de Guerra", aprovado por meio da Emenda Constitucional 106/2020 no contexto da pandemia. Gráfico por Função, com exceção das Funções "Encargos Especiais" e "Assistência Social", cujas parcelas foram desmembradas de acordo com a natureza da despesa. A Função "Encargos Especiais" foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (compostos principalmente de gastos de R\$ 50 bilhões com o cumprimento de Sentenças Judiciais, e gastos de R\$ 58 bilhões com garantias dadas aos bancos no âmbito do PRONAMPE, no valor de R\$ 38 bilhões, e no âmbito do Fundo Garantidor de Investimentos no valor de R\$ 20 bilhões, relacionados a empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas). A Função "Assistência Social" foi desmembrada para destacar a parcela referente ao "Auxílio Emergencial", mostrada separadamente no gráfico.

# ANÁLISE DAS DESPESAS PÚBLICAS FEDERAIS

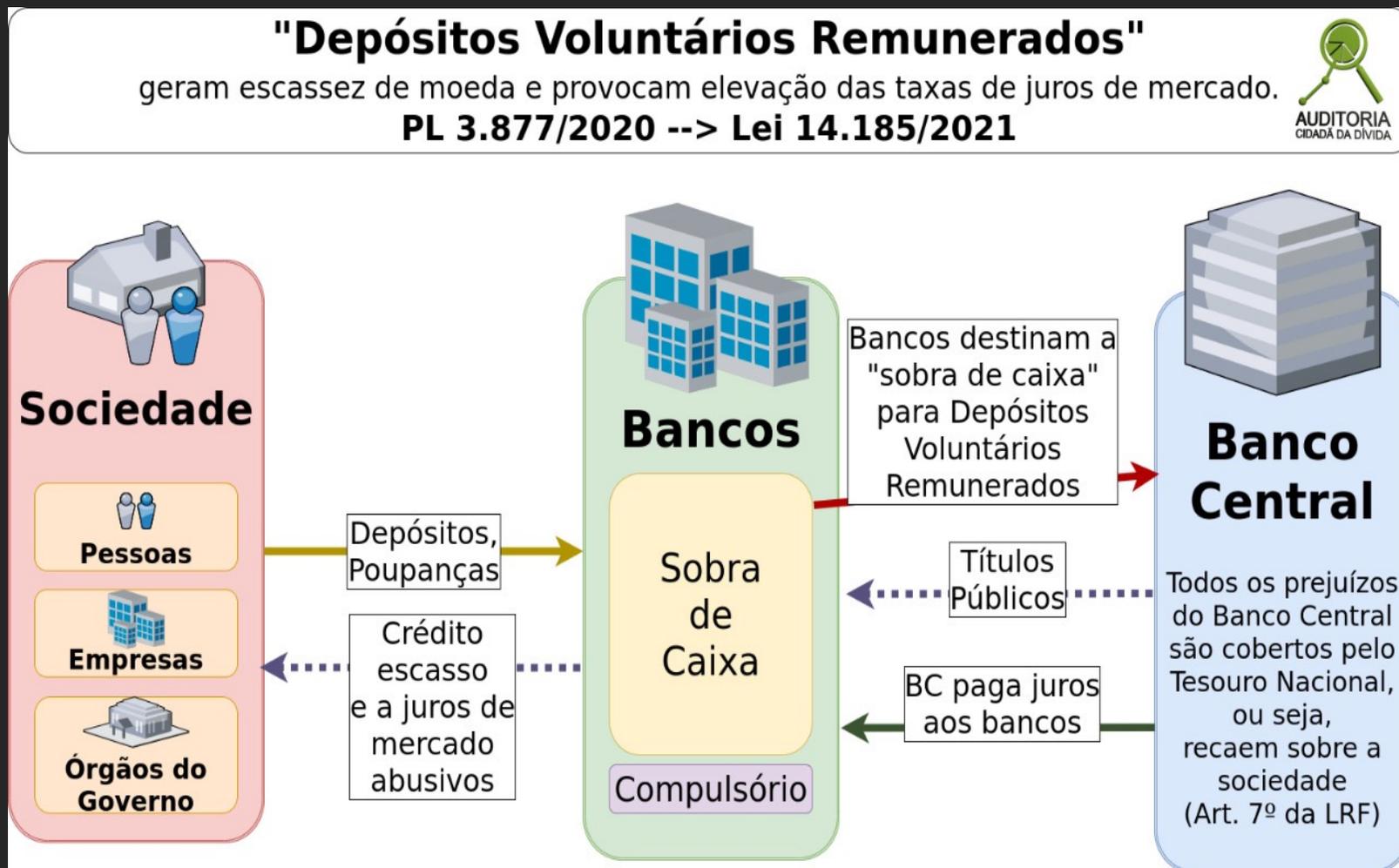
Comparativo Juros, Amortizações e Estoque da Dívida Pública (em BILHÕES DE REAIS)			
Ano	"Juros e Encargos" da Dívida	"Amortizações"	Estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
2008	110,17	448,74	1.759,13
2009	124,18	517,73	2.036,23
2010	122,02	513,34	2.307,14
2011	131,04	577,00	2.536,07
2012	134,08	618,94	2.823,00
2013	141,69	576,74	2.986,22
2014	170,35	807,57	3.301,05
2015	208,36	753,87	3.936,68
2016	204,89	925,27	4.509,26
2017	203,11	783,01	5.094,97
2018	279,37	786,36	5.523,12
2019	285,09	752,48	5.971,93
2020	346,88	1.034,85	6.691,94

Fonte: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais/RREO> e Banco Central.

Apesar das amortizações gigantes feitas a cada ano, o estoque da dívida pública federal interna segue aumentando, por causa dos mecanismos financeiros que geram dívida sem contrapartida.

# BC remunera diariamente os bancos:

Operação provoca escassez de moeda, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida e rombo aos cofres públicos



Ver: Assalto aos cofres públicos <https://bit.ly/3coiw27> e <https://bit.ly/2YboFpY>

# Tesouro gastou mais de R\$ 3,3 Trilhões para financiar o Banco Central de 2010-2020

CUSTO DO FINANCIAMENTO DO BANCO CENTRAL			
PELO TESOUREO NACIONAL			
Ano	Volume de Títulos entregues pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sem contrapartida financeira	Volume de Juros pagos pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sobre os títulos públicos acumulados no BC	Soma
	(Bilhões de Reais)	(Bilhões de Reais)	(Bilhões de Reais)
2010	56,86	71,51	128,37
2011	186,28	84,3	270,58
2012	117,11	89,43	206,54
2013	129,61	94,18	223,79
2014	287,39	108,82	396,21
2015	192,48	145,46	337,94
2016	238,66	162,05	400,71
2017	88,21	163,11	251,32
2018	188,19	158,49	346,68
2019	185,18	152,78	337,97
2020	295,03	133,56	428,59
<b>Soma</b>	<b>1.965,00</b>	<b>1.363,69</b>	<b>3.328,70</b>

Elaboração: Maria Lucia Fattorelli

Fontes: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2691:2:0:e>  
<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/balanceteslai>

Ver artigo “*O déficit está no Banco Central e não nos gastos sociais*”, disponível em <https://bit.ly/2YJf6P7>

**GRANDE CAPITAL JÁ NÃO QUER “APENAS”  
OS JUROS DA DÍVIDA, MAS SE APODERA  
DIRETAMENTE DA ARRECADAÇÃO**

**CONSIGNADO DE RECURSOS PÚBLICOS**

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

**ESQUEMA FRAUDULENTO da chamada  
“Securitização de Créditos Públicos”  
escancara desvio de recursos para bancos  
privilegiados**

**Inclusão do esquema na PEC 23** Interpelação:

<https://auditoriacidada.org.br/acd-envia-interpelacao-extrajudicial-para-alertar-parlamentares-sobre-securitizacao-na-pec-23-2021/> Entrevista TV:

<https://auditoriacidada.org.br/video/tv-democracia-fattorelli-explica-esquema-que-desvia-recursos-publicos-inserido-na-pec-23-2021/>

# Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

## DESVIO DE RECURSOS ARRECADADOS



# Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

## CONTRATAÇÃO DISFARÇADA DE DÍVIDA PÚBLICA



# DANOS PROVOCADOS PELA CHAMADA "SECURITIZAÇÃO"

## PEC 23 tenta inserir na CF <https://bit.ly/3GSSGjn> e <https://bit.ly/3mPbVm4>

- Desvio do dinheiro dos impostos pagos pelo povo, que sequer alcançará os cofres públicos: alienação fiduciária do fluxo de arrecadação
- Perda de controle sobre parte crescente da arrecadação tributária, que passa a ser desviada durante o percurso pela rede bancária para "contas vinculadas" ao esquema
- Comprometimento do orçamento público, que fica subtraído das receitas desviadas para este esquema e pelo elevadíssimo custo de implementação, prejudicando o financiamento do Estado e o atendimento às políticas públicas
- Geração ilegal de dívida pública, que não é contabilizada como "dívida" e é paga por fora dos controles orçamentários, com o dinheiro desviado
- Bancos e investidores privilegiados passam a se apoderar diretamente da arrecadação tributária.

**AINDA QUE SE CONSIGA IMPLEMENTAR  
UM MODELO TRIBUTÁRIO JUSTO E  
SOLIDÁRIO,  
A CHAMADA "SECURITIZAÇÃO"  
IMPEDIRIA A JUSTIÇA FISCAL E  
MANTERIA O PRIVILÉGIO DO RENTISMO**

# DISTRIBUIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA POR ENTE FEDERADO

Carga Tributária por Ente Federativo

Entidade Federativa	2018			2019			Variação			
	Arrecadação [R\$ milhões]	% do PIB	% da Arrecad.	Arrecadação [R\$ milhões]	% do PIB	% da Arrecad.	Arrecadação [R\$ milhões]		p.p. do PIB	p.p. da Arrecad.
							Nominal	Real <sup>(1)</sup>		
União	1.547.402,45	22,46%	67,53%	1.614.740,49	22,25%	67,05%	67.338,03	3.054,60	-0,21	-0,48
Estados	593.382,08	8,61%	25,90%	629.125,48	8,67%	26,12%	35.743,40	11.092,65	0,06	0,23
Municípios	150.622,55	2,19%	6,57%	164.530,53	2,27%	6,83%	13.907,98	7.650,70	0,08	0,26
<b>Total</b>	<b>2.291.407,08</b>	<b>33,26%</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.408.396,50</b>	<b>33,19%</b>	<b>100,00%</b>	<b>116.989,41</b>	<b>21.797,94</b>	<b>-0,07</b>	<b>0,00</b>

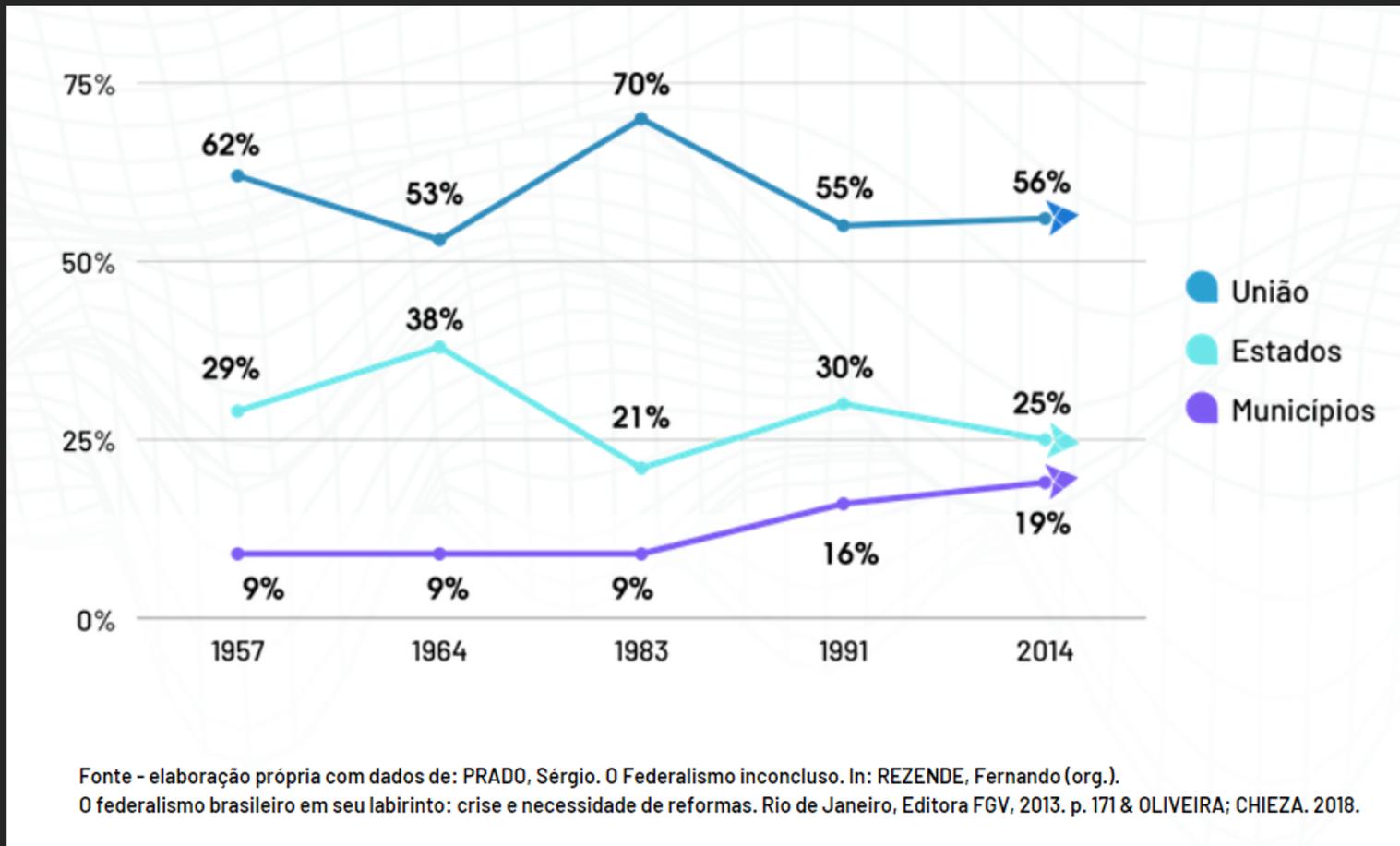
(1) Foi usado o deflator implícito do PIB para corrigir a arrecadação de 2018.

Em 2019 a carga tributária brasileira foi de 33,19% do PIB.

A arrecadação tributária seguiu concentrada na União (67,05%), enquanto os Estados ficaram com 26,12% e os Municípios com apenas 6,83%.

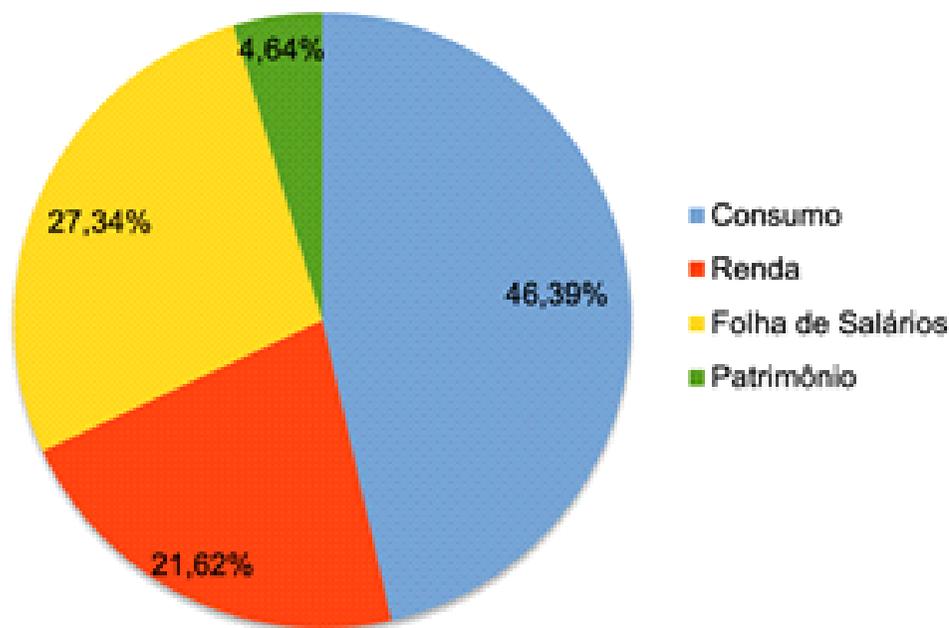
# ANÁLISE DAS RECEITAS e DESPESAS PÚBLICAS

## Receita disponível por nível de Governo (após Transferências)



# DISTRIBUIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA SEGUNDO SUA INCIDÊNCIA

Tributos por Base de Incidência - Total: R\$ 2.291 bilhões  
Carga Tributária em 2018: 33,26% do PIB  
Inclui esferas Federal, Estadual e Municipal



Fonte: Receita Federal.<sup>11</sup> Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

Nota 1: O item "Tributos sobre Transações Financeiras", que se refere principalmente ao IOF, foi incluído na tributação sobre o consumo, tendo em vista que o IOF incide sobre operações de crédito, seguros, compras com cartão de crédito, dentre outras transações de consumo.

Nota 2: O item "Outros Tributos" representa 0,01% do total e não foi incluído no gráfico, por impossibilidade de representação gráfica.

No Brasil, a carga tributária está concentrada principalmente sobre o consumo e a renda do trabalho, livrando da tributação grande parte da renda e do patrimônio dos mais ricos.

O gráfico mostra também a flagrante injustiça da incidência tributária, que **pesa mais sobre a classe trabalhadora e sobre os mais pobres**, que destinam todas as suas disponibilidades para o consumo.

# Distorções do Modelo Tributário

O sistema tributário brasileiro possui inúmeros problemas:

- Regressivo: onera os mais pobres e isenta os mais ricos;
- Complexo: são inúmeros tributos e legislações em diversos níveis de governo geram insegurança jurídica e contencioso tributário;
- Sem transparência: alíquota por dentro;
- Tributação na origem: concentra renda em regiões mais ricas e permite a Guerra Fiscal;
- Bens e serviços separados: Brasil é o único país do mundo que ainda não unificou a base tributária sobre consumo.

# ISENÇÕES/RENÚNCIAS FISCAIS - UNIÃO

- Escandalosa isenção de Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos aos sócios de bancos e empresas
- Falta de regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas
- Dedução de juros sobre o capital próprio
- Isenção de remessas de lucros ao exterior
- Isenção sobre ganhos de estrangeiros que aplicam em títulos da dívida interna brasileira
- Incentivos à exportação, que beneficiam principalmente as grandes *Trading Company* das áreas de *commodities* (grande agronegócio e mineração) que têm provocado crescente dano ambiental, e outras exportadoras.
- Na esfera federal os incentivos à exportação contemplam o Imposto de Exportação, IOF, PIS, COFINS e IPI, além de outros benefícios creditícios (empréstimos do BNDES por exemplo). Adicionalmente, as taxas de exploração do meio ambiente são irrisórias (TCFA) e os royalties de minério cobrados no Brasil são os menores do planeta .

## **ISENÇÕES/RENÚNCIAS FISCAIS – ESTADOS**

- Injustificada isenção de ICMS sobre exportação (Lei Kandir)
- Baixa tributação sobre heranças
- Falta de incidência de IPVA sobre helicópteros, jatinhos, iates, lanchas e outras embarcações e aeronaves de luxo.

## **ISENÇÕES/RENÚNCIAS FISCAIS – MUNICÍPIOS**

- Perdas com as renúncias praticadas em âmbito federal (Imposto de Renda e do IPI por exemplo) e estadual (ICMS e outros tributos), pois parte da arrecadação desses tributos é devida aos municípios.
- Os municípios praticam renúncias fiscais de ISS para atrair empresas e concedem isenções de ISS para incentivar exportações.
- Adicionalmente, deixam de aplicar a progressividade do IPTU, que possibilitaria arrecadar mais com imóveis de luxo e reduzir alíquotas de regiões empobrecidas.

# É HORA DE VIRAR O JOGO

<https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>

24 vídeos, textos, cartas autoridades



# AUDITORIA DA DÍVIDA

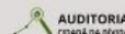
- ✓ Prevista na Constituição Federal de 1988
- ✓ Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

## AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

[www.auditoriacidada.org.br](http://www.auditoriacidada.org.br)

**EXIGIMOS AUDITORIA**  
**DE CADA CENTAVO PAGO**  
**COM O NOSSO SACRIFICIO**

Com apenas um clique, envie o texto criado pela  
ACD para as autoridades e faça a sua parte!



<https://bit.ly/3djrKz>

**Grata**

***Maria Lucia Fattorelli***

**ACESSE**

**AUDITORIACIDADA.ORG.BR**



**/AUDITORIACIDADA.PAGINA**



**/AUDITORIACIDADADADIVIDA**



**/AUDITORIACIDADABR**



**/AUDITORIACIDADA**



**Spotify.**



**Google Podcasts**

**#ÉHORADEVIRARAJOGO**